



Demonstrações Financeiras

**Preparadas de Acordo com as
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco
Central do Brasil**

Banco RCI Brasil S.A.

31 de dezembro de 2016

BANCO RCI BRASIL S.A.

	Pág.
Índice das Demonstrações Financeiras:	
Relatório da Administração	1
Demonstrações Financeiras:	
Balanços Patrimoniais	3
Demonstração dos Resultados	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Demonstração do Valor Adicionado	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	9
Relação dos Administradores	26
Relatório do Auditor Independente	27

BANCO RCI BRASIL S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras do Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

Eventos Societários

Na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de janeiro de 2016 foi aprovado a incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI CFI) pelo Banco RCI Brasil, nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil pelo Banco RCI Brasil S.A." celebrado nessa mesma data.

A incorporação resultou na extinção da RCI CFI e no aumento de capital do Banco RCI Brasil, no valor de R\$537.073 mediante a emissão de 160 mil novas ações nominativas (39 mil ações ordinárias e 121 mil ações preferenciais), passando o capital social de R\$448.152 para R\$985.225. As atuais 244 mil ações do capital social do Banco RCI Brasil detidas pela RCI CFI e as novas ações emitidas foram atribuídas aos seus atuais acionistas na mesma proporção de sua atual participação.

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido atingiu R\$1.328 milhões em 31 de dezembro de 2016, apresentando evolução de 63,1% em relação a R\$814 milhões em 31 de dezembro de 2015 em função, principalmente, do aumento de capital (vide eventos societários). O lucro líquido apresentado no exercício foi de R\$79 milhões em comparação ao lucro de R\$101 milhões do mesmo período do ano anterior.

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos totais atingiram R\$10.031 milhões, e estão representados principalmente pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante de R\$8.621 milhões, os quais, reduzidos do valor residual garantido das operações de arrendamento mercantil registrado no passivo, no valor de R\$1.426 milhões, representam uma carteira líquida de R\$7.195 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016, as captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas principalmente por depósitos interfinanceiros no montante de R\$1.341 milhões, recursos de aceites cambiais R\$1.090 milhões e letras financeiras R\$3.000 milhões.

BANCO RCI BRASIL S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Conjuntura Econômica

Nos últimos três meses do ano de 2016, a relação entre o Real e o Dólar flutuou ao redor do patamar de R\$3,30/US\$, sem indicar uma tendência clara. Após uma evidente apreciação do real ao longo do primeiro semestre de 2016, a taxa de câmbio encerrou o mês de dezembro em R\$3,26/US\$, bem próximo a taxa do fechamento do terceiro trimestre, de R\$3,25/US\$. O otimismo com a economia doméstica e a redução da percepção de risco, que favorecia a apreciação do câmbio, perdeu ímpeto no último trimestre de 2016. Esse fato refere-se principalmente ao processo de elevação da taxa de juros nos Estados Unidos e às novas divulgações de indicadores econômicos da economia brasileira, os quais sugeriram que o início da recuperação da atividade econômica foi postergado para 2017.

Diante desse contexto, o ambiente para a atividade bancária no Brasil permanece desafiador. O mercado de trabalho, por exemplo, segue em processo de deterioração e precarização, fato que pode ser verificado pela rápida elevação da taxa de desemprego, que alcançou 12,4% em novembro na série com ajuste sazonal, segundo estimativas do Banco Santander.

Alívio adicional deve vir da política monetária. Após novo corte (0,75%) na taxa Selic em janeiro de 2017 (que foi reduzida para 13,0%), o Banco espera que o Bacen continue no processo de afrouxamento monetário nas próximas oportunidades, tendo em vista a melhora do quadro inflacionário, a ancoragem de expectativas de inflação e a evolução da aprovação de medidas de ajuste fiscal pelo governo. A sinalização do Bacen nos últimos documentos oficiais reforça essa percepção. Com relação à política fiscal, a despeito dos efeitos positivos que a recuperação da atividade deve exercer sobre a arrecadação de impostos em 2017, os resultados devem continuar deficitários pelos próximos anos. As reformas já propostas pelo governo e as esperadas para os próximos meses visam a estabilização da dívida no longo prazo.

Nesse cenário, em novembro de 2016 a carteira total de crédito intensificou a queda na comparação anual, recuando 2,3% comparado ao mesmo mês do ano anterior. Essa queda foi ocasionada principalmente pelo crédito com recursos livres, que retraiu 4,1% nessa mesma comparação, mas o crédito com recursos direcionados também registrou contração neste mesmo período, porém com menor intensidade (aproximadamente 0,4%). Mesmo a carteira dos bancos públicos, que cresceu em ritmo superior a 10% em 2015, apresentou queda na comparação anual no mês de novembro (de 1,5%). O conservadorismo nas concessões por parte dos bancos públicos e privados, a cautela na tomada de crédito por parte dos consumidores e o elevado endividamento das famílias e das empresas são fatores que devem manter essa tendência de queda do crédito ao longo dos próximos meses. Contudo, se a queda que o Banco espera para a Selic ao longo de 2017 se realizar (a projeção do Banco Santander é que a taxa básica de juros diminua para 9,75% até o final de 2017), e a confiança dos consumidores retomar sua trajetória de recuperação (interrompida pelo aumento da volatilidade do cenário externo e alguma decepção com os indicadores econômicos referentes ao 3º trimestre), o Banco acredita que o crédito deverá voltar a acelerar ao longo de 2017.

Outras Informações

O Banco RCI Brasil tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 381/2003, informa que no exercício de 2016, não foram contratados da KPMG Auditores Independentes outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Agradecimentos

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2017
O Conselho de Administração
A Diretoria

BANCO RCI BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo Circulante		4.658.503	198.427
Disponibilidades	5 & 20.d	23.610	6.175
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	17.011	163.184
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		17.011	163.184
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		523.376	-
Carteira Própria	6.a	497.183	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.c	26.193	-
Relações Interfinanceiras	7	282.437	-
Depósitos no Banco Central		282.437	-
Operações de Crédito		3.641.039	-
Setor Privado	9.c	3.241.236	-
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	9.c	476.180	-
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	9.e	(76.377)	-
Operações de Arrendamento Mercantil		(1.832)	(1.874)
Setor Privado	9.a	138.799	160.822
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	9.a	(135.379)	(155.896)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	9.e	(5.252)	(6.800)
Outros Créditos		128.870	24.066
Créditos Tributários	10.a	76.986	13.395
Rendas a Receber		1.022	-
Diversos	11	50.862	10.671
Outros Valores e Bens		43.992	6.876
Outros Valores e Bens		924	1.648
(Provisões para Desvalorizações)		(12)	-
Despesas Antecipadas		43.080	5.228
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.167.555	249.325
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		124.752	-
Carteira Própria	6.a	124.490	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.c	262	-
Operações de Crédito		2.597.439	-
Setor Privado	9.c	2.313.280	-
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	9.c	374.045	-
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	9.e	(89.886)	-
Operações de Arrendamento Mercantil		3.824	3.187
Arrendamentos a Receber:			
Setor Privado	9.a	215.719	222.689
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	9.a	(204.590)	(210.794)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	9.e	(7.305)	(8.708)
Outros Créditos		433.336	241.304
Créditos Tributários	10.a	260.894	164.046
Diversos	11	172.442	77.258
Outros Valores e Bens		8.204	4.834
Despesas Antecipadas		8.204	4.834
Permanente		2.204.732	2.617.094
Imobilizado de Uso	13	1.835	3
Outras Imobilizações de Uso		3.166	5
(Depreciações Acumuladas)		(1.331)	(2)
Imobilizado de Arrendamento	12	2.200.634	2.617.091
Bens Arrendados		2.129.268	2.528.142
Superveniência de Depreciação		962.015	1.198.989
(Depreciações Acumuladas)		(890.649)	(1.110.040)
Intangível	14	2.263	-
Outros Ativos Intangíveis		5.588	-
(Amortizações Acumuladas)		(3.325)	-
Total do Ativo		10.030.790	3.064.846

BANCO RCI BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo Circulante		4.184.214	856.924
Depósitos		1.042.315	-
Depósitos à Vista		2.666	-
Depósitos Interfinanceiros	15.a	1.039.649	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.b	1.798.191	-
Recursos de Aceites Cambiais		553.811	-
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.244.380	-
Outras Obrigações		1.343.708	856.924
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		2.957	-
Sociais e Estatutárias		83.563	78.924
Fiscais e Previdenciárias	16	15.023	7.286
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	39.833	-
Diversas	17	1.202.332	770.714
Passivo Exigível a Longo Prazo		4.519.048	1.393.605
Depósitos		301.195	-
Depósitos Interfinanceiros	15.a	301.195	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.b	2.292.436	-
Recursos de Aceites Cambiais		536.444	-
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.755.992	-
Outras Obrigações		1.925.417	1.393.605
Fiscais e Previdenciárias	16	350.919	331.963
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	68.175	-
Diversas	17	1.506.323	1.061.642
Resultados de Exercícios Futuros		4	-
Resultados de Exercícios Futuros		4	-
Patrimônio Líquido	19	1.327.524	814.317
Capital Social:		985.225	448.152
De Domiciliados no País		393.015	448.152
De Domiciliados no Exterior		592.210	-
Reservas de Lucros		347.560	366.165
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(5.261)	-
Total do Passivo		<u>10.030.790</u>	<u>3.064.846</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Receitas da Intermediação Financeira		1.037.221	1.905.386	864.152
Operações de Crédito		586.189	1.145.519	-
Operações de Arrendamento Mercantil		411.650	814.954	849.485
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		44.992	77.282	14.667
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	(24.614)	(168.738)	-
Resultado das Aplicações Compulsórias		19.004	36.369	-
Despesas da Intermediação Financeira		(862.303)	(1.730.812)	(741.727)
Operações de Captação no Mercado		(397.649)	(814.170)	(6.764)
Operações de Arrendamento Mercantil		(364.348)	(720.743)	(739.586)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.f	(100.306)	(195.899)	4.623
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		174.918	174.574	122.425
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(78.085)	(121.791)	(3.240)
Receitas de Prestação de Serviços		5.140	8.271	-
Rendas de Tarifas Bancárias	21	29.636	57.126	6.490
Despesas de Pessoal		(15.626)	(29.019)	-
Outras Despesas Administrativas	22	(66.240)	(119.528)	(14.168)
Despesas Tributárias		(7.387)	(11.901)	(6.346)
Outras Receitas Operacionais	23	22.852	53.076	50.946
Outras Despesas Operacionais	24	(46.460)	(79.816)	(40.162)
Resultado Operacional		96.833	52.783	119.185
Resultado não Operacional	25	14.923	29.669	43.695
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		111.756	82.452	162.880
Imposto de Renda e Contribuição Social	26	(11.249)	(2.145)	(62.057)
Provisão para Imposto de Renda		19.167	22.976	(9.821)
Provisão para Contribuição Social		3.452	(13.323)	(21.686)
Ativo Fiscal Diferido		(33.868)	(11.798)	(30.550)
Participação dos Empregados no Lucro		(551)	(1.084)	-
Lucro Líquido		99.956	79.223	100.823
Nº de Ações (Mil)	19	404	404	243
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		247.416	196.097	414.909

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		448.152	19.804	269.484	-	-	737.440
Lucro Líquido		-	-	-	-	100.823	100.823
Destinações:							
Reserva Legal		-	5.041	-	-	(5.041)	-
Dividendos	19.b	-	-	-	-	(23.946)	(23.946)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	19.c	-	-	71.836	-	(71.836)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		448.152	24.845	341.320	-	-	814.317
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos							
Financeiros Derivativos		-	-	-	(5.261)	-	(5.261)
Aumento de Capital	2	537.073	-	-	-	-	537.073
Lucro Líquido		-	-	-	-	79.223	79.223
Reserva Legal		-	3.961	-	-	(3.961)	-
Juros sobre o Capital Próprio	19.b	-	-	(22.566)	-	(75.262)	(97.828)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		985.225	28.806	318.754	(5.261)	-	1.327.524
Saldos em 30 de Junho de 2016		985.225	24.845	320.587	-	-	1.330.657
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos							
Financeiros Derivativos		-	-	-	(5.261)	-	(5.261)
Lucro Líquido		-	-	-	-	99.956	99.956
Reversão da Utilização de Reservas para Absorção de Prejuízos do 1º Semestre		-	-	20.733	-	(20.733)	-
Destinações:							
Reserva Legal		-	3.961	-	-	(3.961)	-
Juros sobre o Capital Próprio	19.b	-	-	(22.566)	-	(75.262)	(97.828)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		985.225	28.806	318.754	(5.261)	-	1.327.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido		99.956	79.223	100.823
Ajustes ao Lucro Líquido		104.824	101.374	(42.903)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.f	100.306	195.899	(4.623)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		747	(98.374)	(13.422)
Depreciações e Amortizações		449	910	-
Provisão (Reversão) de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	18.c	13.176	22.484	(14.093)
Atualização de Depósitos Judiciais	23	(7.338)	(14.610)	(7.001)
Atualização de Impostos a Compensar	23	(2.516)	(4.935)	(3.764)
Variações em Ativos e Passivos		143.566	619.946	79.382
Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(296.077)	(203.062)	-
(Redução) Aumento em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		(165.900)	683.928	209.769
Aumento em Depósitos no Banco Central		(1.233)	(17.953)	-
Redução em Outros Créditos		23.721	93.824	22.133
Redução em Outros Valores e Bens		9.016	33.395	14.960
Redução em Depósitos		(122.347)	(678.162)	(115.153)
Aumento em Outras Obrigações		743.680	823.035	18.009
Imposto Pago		(47.293)	(115.058)	(70.336)
Redução em Resultados de Exercícios Futuros		(1)	(1)	-
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais		348.346	800.543	137.302
Atividades de Investimento				
Aquisição de Imobilizado de Uso		(246)	(267)	-
Alienação de Imobilizado de Uso		5	5	-
Aplicações no Intangível		(48)	(307)	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento		(289)	(569)	-
Atividades de Financiamento				
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		1.107.723	2.267.190	-
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(1.638.538)	(3.173.588)	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(11.271)	(54.354)	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento		(542.086)	(960.752)	-
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(194.029)	(160.778)	137.302
Caixa e Equivalentes de Caixa Advindo de Incorporação de Sociedade		-	32.040	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período/Exercício	5	234.650	169.359	32.057
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	5	40.621	40.621	169.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Nota</u>	<u>01/01 a 31/12/2016</u>	<u>01/01 a 31/12/2015</u>	
Receitas da Intermediação Financeira		1.905.386	864.152	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		65.397	6.490	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.f	(195.899)	4.623	
Outras Receitas e Despesas		2.929	54.479	
Despesas da Intermediação Financeira		(1.534.913)	(746.350)	
Insumos de Terceiros		(118.032)	(14.168)	
Serviços de Terceiros		(41.674)	(8.670)	
Outros		(76.358)	(5.498)	
Valor Adicionado Bruto		124.868	169.226	
Retenções				
Depreciações e Amortizações		(910)	-	
Valor Adicionado Bruto a Distribuir		123.958	169.226	
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal		25.603	20,7%	-
Remuneração		17.841		-
Benefícios		4.382		-
FGTS		1.667		-
Outras		1.713		-
Impostos, Taxas e Contribuições		18.548	15,0%	68.403
Federais		11.355		63.577
Municipais		7.193		4.826
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		584	0,5%	-
Remuneração de Capitais Próprios		79.223	63,8%	100.823
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	19.b	97.828		23.946
Reinvestimentos de Lucros (Prejuízo do Período)		(18.605)		76.877
Total		123.958	100,0%	169.226
		100,0%		100,0%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 2º andar - Conjunto 204 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Reestruturação Societária

Na AGE de 29 de janeiro de 2016 foi aprovado a incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI CFI) pelo Banco RCI Brasil, nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil pelo Banco RCI Brasil S.A." celebrado nessa mesma data.

A incorporação reversa da RCI CFI, anteriormente controladora integral do Banco RCI Brasil, resultou na sua extinção e foi sucedida pelo Banco RCI Brasil em todos os seus bens, direitos e obrigações. Na incorporação, foi aumentado o capital social do Banco RCI Brasil no valor de R\$537.073, mediante a emissão de 160 mil novas ações nominativas (39 mil ações ordinárias e 121 mil ações preferenciais), passando o capital social de R\$448.152 para R\$985.225. As atuais 244 mil ações do capital social do Banco RCI Brasil detidas pela RCI CFI e as novas ações emitidas foram atribuídas aos seus acionistas na mesma proporção da participação que detinham na RCI CFI.

A incorporação teve por base os valores contábeis da RCI CFI na data-base de 31 de dezembro de 2015, conforme laudo de avaliação resumido abaixo:

Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	8.115.007
Disponibilidades	32.040
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	369.066
Relações Interfinanceiras	264.484
Operações de Crédito	7.013.151
Outros Créditos	361.649
Outros Valores e Bens	74.617
Permanente	818.753
Investimentos	814.317
Imobilizado de Uso e Intangível	4.436
Total do Ativo	8.933.760
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	7.582.365
Depósitos	2.022.538
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4.397.052
Outras Obrigações	1.162.775
Resultado de Exercícios Futuros	5
Total do Passivo	7.582.370
Patrimônio Líquido	1.351.390
(-) Investimentos	(814.317)
Acervo Líquido Incorporado	537.073

3. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Em função da incorporação descrita na nota acima, a comparabilidade das demonstrações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 fica prejudicada.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 24 de fevereiro de 2017.

4. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no exercício; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

f) Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

A carteira de créditos inclui operações de crédito e operações de arrendamentos mercantil e é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

Normalmente, o Banco RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito e de arrendamento de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito e de arrendamento baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As provisões para operações de crédito e de arrendamento são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

g) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

g.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme abaixo:

- a) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor;
- b) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e
- c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos devem ser aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015, não trazendo impactos sobre as comissões pagas até dezembro de 2014.

A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deve ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

O Banco RCI Brasil optou pela não aplicação temporal dos procedimentos contábeis referenciados pela Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014. Neste sentido com base no contido na Resolução 4.294 e Circular 3.693, as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito e arrendamento mercantil estão sendo integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

h) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

h.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

h.2) Imobilizado de Arrendamento

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.

h.3) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logiciais.

h.4) Insuficiência/Superveniência de Depreciação

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. A referida Circular não requer a reclassificação dos saldos do ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveniência de depreciação no permanente. O imposto de renda correspondente à superveniência ou à insuficiência é representado pelo saldo da conta de provisão para imposto de renda diferido ou créditos tributários, respectivamente.

h.5) Perdas em Arrendamentos a Amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizadas pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica "bens arrendados".

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

i) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais-Fiscais e Previdenciários

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle do Banco RCI Brasil. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

j) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (15% até agosto de 2015) e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 10.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

l) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Disponibilidades	23.610	6.175	4.046
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	17.011	163.184	28.011
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	17.011	163.184	28.011
Total	40.621	169.359	32.057

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
a) Resumo da Carteira por Categorias

	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	621.287	386	621.673	-
Títulos Públicos	255.520	386	255.906	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	255.520	386	255.906	-
Títulos Privados	365.767	-	365.767	-
Cotas - Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos) ⁽¹⁾	241.277	-	241.277	-
Cotas - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RCI Brasil I - Financiamento de Veículos (FIDC RCI Brasil I) ⁽²⁾	74.715	-	74.715	-
Cotas - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil - Financiamento de Veículos (FIDC RN Brasil) ⁽²⁾	49.775	-	49.775	-
Total	621.287	386	621.673	-
Circulante			497.183	-
Longo prazo			124.490	-

b) Abertura por Vencimento

	Sem Vencimento	De 3 a 12 Meses	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total
Títulos Disponíveis para Venda	241.277	255.906	74.715	49.775	621.673
Títulos Públicos	-	255.906	-	-	255.906
LTN	-	255.906	-	-	255.906
Títulos Privados	241.277	-	74.715	49.775	365.767
FIDC Venda de Veículos ⁽¹⁾	241.277	-	-	-	241.277
FIDC RCI Brasil I ⁽²⁾	-	-	74.715	-	74.715
FIDC RN Brasil ⁽²⁾	-	-	-	49.775	49.775
Total	241.277	255.906	74.715	49.775	621.673

(1) Referem-se a cotas Sênior e Subordinadas.

(2) Referem-se a cotas Subordinadas.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

	31/12/2016			31/12/2015		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
I) "Swap"						
Ativo	2.880.782	2.680.378	2.890.889	-	-	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	2.780.598	2.680.378	2.790.424	-	-	-
Taxa de Juros Pré Reais	100.184	-	100.465	-	-	-
Passivo	2.872.201	(2.671.797)	(2.922.284)	-	-	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	100.220	-	(100.203)	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	2.771.981	(2.671.797)	(2.822.081)	-	-	-
"Swap" - Negociação		8.581	(31.395)	-	-	-
II) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"						
Ativo	2.550.113	2.550.113	2.588.504	-	-	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	2.550.113	2.550.113	2.588.504	-	-	-
Passivo	(2.550.077)	(2.550.077)	(2.638.662)	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	(2.550.077)	(2.550.077)	(2.638.662)	-	-	-
"Hedge" de Fluxo de Caixa - Disponível para Venda			(50.158)	-	-	-
Total Diferencial a Receber			26.455			-
Circulante			26.193			-
Longo prazo			262			-
Total Diferencial a Pagar			(108.008)			-
Circulante			(39.833)			-
Longo prazo			(68.175)			-

Em 31 dezembro de 2016, o valor referencial das operações de "swap" foram registradas na Cetip, das quais, R\$1.009.115 possuem vencimento até 3 meses, R\$1.425.004 de 3 a 12 meses e R\$446.663 acima de 12 meses. Nas operações de "hedge" R\$851.446 possuem vencimento de 3 a 12 meses e R\$1.698.667 acima de 12 meses

Foram reconhecidas despesas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$168.738 no exercício. O ajuste ao valor de mercado da operação de "hedge" de fluxo de caixa no montante de R\$9.900 está registrado no patrimônio líquido, líquido de impostos.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

7. Relações Interfinanceiras

O saldo de R\$282.437 da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo e recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

8. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do Banco. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições:

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira. Em 31 de dezembro de 2016 não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira "Banking"

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(165)	(4.681)	(9.170)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(1)	(12)	(25)
Total ⁽¹⁾		(166)	(4.693)	(9.195)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: Uma situação considerada provável pela administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

9. Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

a) Carteira de Arrendamento

	31/12/2016	31/12/2015
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	1.037.087	1.154.624
Arrendamentos a Receber	354.518	383.511
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	682.569	771.113
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(339.969)	(366.690)
Valores Residuais a Balancear	(682.569)	(771.113)
Outros Valores e Bens	912	1.648
Imobilizado de Arrendamento (Nota 12)	2.200.634	2.617.091
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 17)	(1.426.947)	(1.738.307)
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente	789.148	897.253
Circulante	381.289	452.037
Longo Prazo	407.859	445.216

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$247.939 (31/12/2015 - R\$257.371).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que fossem considerados relevantes em comparação com o total da carteira.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Carteira de Arrendamento por Vencimento

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil		
Vencidas	11.054	13.303
A Vencer:		
Até 1 Ano	417.965	493.289
De 1 a 5 Anos	603.942	644.702
Acima de 5 Anos	4.126	3.330
Total	1.037.087	1.154.624

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Carteira de Arrendamento a Valor Presente		
Vencidas	8.458	11.317
A Vencer:		
Até 1 Ano	381.289	452.037
De 1 a 5 Anos	397.939	432.829
Acima de 5 Anos	1.462	1.070
Total	789.148	897.253

c) Carteira de Créditos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Operações de Crédito:		
Financiamentos - Vendor	1.100.285	-
Financiamentos - CDC Veículos	4.454.231	-
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	850.225	-
Total	6.404.741	-
Circulante	3.717.416	-
Longo Prazo	2.687.325	-

Carteira por Vencimento - Operações de Crédito

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Vencidas	57.954	-
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.705.935	-
De 3 a 12 Meses	2.011.481	-
De 1 a 5 Anos	2.622.581	-
Acima de 5 Anos	6.790	-
Total	6.404.741	-

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em 2016, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação, referente a financiamento de veículos no montante de R\$798.378 e em 2015 houve a incorporação do saldo de cessão no valor de R\$837.270, que seguiram o fluxo normal de recebimento. O valor presente das operações cedidas é de R\$850.225.

d) Carteira de Crédito e Arrendamento por Setor de Atividades

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Setor Privado		
Indústria	48.214	3.942
Comércio	1.216.737	7.280
Instituições Financeiras	323	-
Serviços e Outros	258.383	21.389
Pessoas Físicas	5.669.883	864.610
Agricultura	349	32
Total	7.193.889	897.253

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			31/12/2016		
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Provisão Total
		AA	-	94.716	-	94.716	-
A	0,5%	5.718.167	-	5.718.167	28.591	20.764	49.355
B	1%	649.001	182.085	831.086	8.312	-	8.312
C	3%	200.665	137.724	338.389	10.152	-	10.152
D	10%	19.467	39.571	59.038	5.904	-	5.904
E	30%	26.048	23.059	49.107	14.732	-	14.732
F	50%	710	17.148	17.858	8.929	-	8.929
G	70%	-	13.638	13.638	9.547	-	9.547
H	100%	625	71.265	71.890	71.890	-	71.890
Total		6.709.399	484.490	7.193.889	158.056	20.764	178.820

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			31/12/2015		
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Provisão Total
		AA	-	5.154	-	5.154	-
A	0,5%	808.116	-	808.116	4.041	-	4.041
B	1%	25.265	19.058	44.323	443	-	443
C	3%	5.305	13.104	18.409	552	-	552
D	10%	2.253	5.434	7.687	769	-	769
E	30%	10	3.158	3.168	950	-	950
F	50%	-	2.434	2.434	1.217	-	1.217
G	70%	-	1.416	1.416	991	-	991
H	100%	-	6.546	6.546	6.546	-	6.546
Total		846.103	51.150	897.253	15.509	-	15.509

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Saldo Inicial	15.508	21.264
Constituição (Reversão)	195.899	4.623
Baixas	(199.174)	(10.379)
Incorporação (Nota 2)	166.587	-
Saldo Final	178.820	15.508
Circulante	81.629	6.800
Longo Prazo	97.191	8.708

Foram recuperados no exercício, créditos no valor de R\$26.735 (2015 - R\$4.038), registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito e de arrendamento mercantil.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

10. Créditos Tributários
a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2015	Incorporação	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.163	119.411	49.162	(52.600)	125.136
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos					
- Ações Cíveis	1.318	4.506	-	(550)	5.274
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	11.252	6.042	6.954	(351)	23.897
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos					
- Ações Trabalhistas	44	1.118	1.676	(118)	2.720
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	-	1.397	16.275	-	17.672
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	-	152	1.764	-	1.916
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	-	-	17.472	-	17.472
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - Pis/Cofins	-	-	2.028	-	2.028
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	-	1.961	489	(1.339)	1.111
Outras Provisões Temporárias	724	16.386	-	(1.634)	15.476
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	22.501	150.973	95.820	(56.592)	212.702
Prejuízos Fiscais	154.940	-	-	(29.762)	125.178
Total dos Créditos Tributários ⁽¹⁾	177.441	150.973	95.820	(86.354)	337.880
Circulante	13.395				76.986
Longo Prazo	164.046				260.894

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10.353	2.214	(3.404)	9.163
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos				
- Ações Cíveis	1.049	330	(61)	1.318
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	18.503	5.315	(12.566)	11.252
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos				
- Ações Trabalhistas	41	5	(2)	44
Outras Provisões Temporárias	228	496	-	724
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	30.174	8.360	(16.033)	22.501
Prejuízos Fiscais	177.817	-	(22.877)	154.940
Total dos Créditos Tributários	207.991	8.360	(38.910)	177.441
Circulante	10.555			13.395
Longo Prazo	197.436			164.046

(1) Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/2015, que elevou a alíquota da contribuição social para 20% até 31 de dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados de acordo com a expectativa de realização.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	31/12/2016				Total
	Diferenças Temporárias			Prejuízos	
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Fiscais	
2017	41.269	33.155	1.363	1.199	76.986
2018	42.491	33.992	1.363	1.414	79.260
2019	30.224	17.766	406	20.100	68.496
2020	3.032	1.819	406	28.892	34.149
2021	3.031	1.979	406	29.556	34.972
2022 a 2024	-	-	-	44.017	44.017
Total	120.047	88.711	3.944	125.178	337.880

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$281.990 (31/12/2015 - R\$129.080), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

11. Outros Créditos - Diversos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	147.922	76.459
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.135	161
Outros	15.899	1.513
Impostos e Contribuições a Compensar	9.198	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 20.d)	43.318	9.720
Outros	5.832	76
Total	223.304	87.929
Circulante	50.862	10.671
Longo Prazo	172.442	77.258

12. Imobilizado de Arrendamento

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 9.a), e tem a seguinte composição:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Veículos e Afins	2.128.337	2.527.165
Máquinas e Equipamentos	29	29
Depreciações Acumuladas	(890.649)	(1.110.040)
Superveniências de Depreciações	962.015	1.198.989
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	902	948
Total	2.200.634	2.617.091

Os bens estão comprometidos para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguro dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor do Banco RCI Brasil. Foi registrado uma despesa de insuficiência de depreciação no valor de R\$236.974 (2015 - R\$171.264) no exercício, equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e Circular Bacen 1.429/1989.

13. Imobilizado de Uso

	<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Residual</u>	<u>Residual</u>
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	1.261	(569)	692	3
Sistemas de Segurança e Comunicações	115	(76)	39	-
Sistemas de Processamento de Dados	645	(419)	226	-
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.145	(267)	878	-
Total	3.166	(1.331)	1.835	3

14. Intangível

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo no valor de R\$5.588 como custo de aquisição e R\$3.325 de amortização acumulada.

15. Captação de Recursos
a) Depósitos

	<u>31/12/2016</u>			<u>31/12/2015</u>
	<u>Até 3 Meses</u>	<u>De 3 a 12 Meses</u>	<u>Acima de 12 Meses</u>	<u>Total</u>
Depósitos Interfinanceiros	339.411	700.238	301.195	-
Total	339.411	700.238	301.195	-
Circulante				1.039.649
Longo Prazo				301.195

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

				31/12/2016	31/12/2015
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais ⁽¹⁾	422.734	131.077	536.444	1.090.255	-
Letras Financeiras ⁽²⁾	261.944	982.436	1.755.992	3.000.372	-
Total	684.678	1.113.513	2.292.436	4.090.627	-
Circulante				1.798.191	-
Longo Prazo				2.292.436	-

(1) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas de 100% a 104% do CDI.

(2) As principais características das Letras Financeiras são: Prazo mínimo de dois anos, valor nominal de R\$2.843.950 e permissão para que o emissor resgate antecipadamente apenas 5% do montante emitido. Possuem prazo de vencimento até janeiro de 2020.

16. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para Tributos Diferidos	241.930	299.795
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 18.b)	110.780	32.550
Impostos e Contribuições a Pagar	13.232	462
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	-	6.442
Total	365.942	339.249
Circulante	15.023	7.286
Longo Prazo	350.919	331.963

Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2015	Incorporação	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	-	53.000	-	(52.609)	391
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - PIS/Cofins	-	5.744	-	(5.701)	43
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	-	-	889	-	889
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - Pis/Cofins	-	-	103	-	103
Superveniência de Arrendamento Mercantil	299.747	-	-	(59.243)	240.504
Comissões Diferidas	48	36	-	(84)	-
Total	299.795	58.780	992	(117.637)	241.930
		Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2015
Superveniência de Arrendamento Mercantil		342.563	-	(42.816)	299.747
Comissões Diferidas		1.204	-	(1.156)	48
Total		343.767	-	(43.972)	299.795

17. Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2016	31/12/2015
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 9.a)	1.426.947	1.738.307
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 18.b)	19.035	3.168
Taxas de Equalização e Subsídios de Taxas de Juros	399.469	-
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Créditos	781.318	-
Outras	81.886	90.881
Total	2.708.655	1.832.356
Circulante	1.202.332	770.714
Longo Prazo	1.506.323	1.061.642

18. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciários
a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 16)	110.780	32.550
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 17)	19.035	3.168
Ações Trabalhistas	6.476	102
Ações Cíveis	12.559	3.066
Total	129.815	35.718

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	<u>01/01 a 31/12/2016</u>		
	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>
Saldo Inicial	32.550	102	3.066
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	3.666	3.888	6.726
Atualização Monetária	8.204	-	-
Pagamentos	(326)	-	(7.246)
Incorporação (Nota 2)	66.686	2.486	10.013
Saldo Final	110.780	6.476	12.559
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	147.922	1.135	-

	<u>01/01 a 31/12/2015</u>		
	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>
Saldo Inicial	91.088	102	2.624
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	(22.586)	-	1.651
Atualização Monetária	6.842	-	-
Pagamentos ⁽²⁾	(42.794)	-	(1.209)
Saldo Final	32.550	102	3.066
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	71.053	-	-

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL. No exercício de 2015, inclui reversão de provisão no processo relativo a PIS e Cofins.

(2) Em 2015, inclui o valor referente às antecipações de CSLL que reduzem o valor da provisão fiscal decorrente do questionamento da majoração da alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

PIS e Cofins - R\$12.468 (31/12/2015 - R\$11.526): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. No exercício de 2015, houve reversão de provisão no montante de R\$27.922 em virtude de reavaliação do cálculo do valor provável na hipótese da sentença ser desfavorável.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$97.224 (31/12/2015 - R\$20.689): o Banco RCI Brasil ajuizou ação judicial visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a referida legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

f) O Banco RCI Brasil não possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível individualmente significativo. Os passivos contingentes, totalizaram em aproximadamente R\$55.621 para ações cíveis, R\$3.883 para ações trabalhistas e R\$27.389 para ações fiscais (31/12/2015 - R\$7.059 para ações cíveis e R\$24.314 para ações fiscais). A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "d" e "e".

19. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social no valor de R\$985.225 (31/12/2015 - R\$448.152) é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
De Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113
Total	202.512	201.941	404.453

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

Na Reunião do Conselho de Administração de 30 de novembro de 2016, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$97.828 (R\$230,37 para ações ordinárias e R\$253,41 para ações preferenciais, em reais por ação), correspondendo ao valor líquido do imposto de renda de R\$83.154 (R\$195,82 para ações ordinárias e R\$215,40 para ações preferenciais, em reais por ação) atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2016, e foram pagos em 16 de janeiro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2015, foi aprovado o destaque de dividendos no montante de R\$23.946, com base no lucro líquido do exercício de 2015. O pagamento foi compensado por conta da incorporação da RCI CFI ocorrida em 29 de janeiro de 2016 (Nota 2).

Em 31 de dezembro de 2015, foram provisionados juros sobre o capital próprio no montante de R\$22.060 (R\$4.243,78 para ações ordinárias e R\$4.668,15 para ações preferenciais, em reais por ação), atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2015. O saldo foi parcialmente pago em 17/02/2016 no valor líquido de imposto de renda de R\$ 7.480 e o restante R\$11.271 em outubro de 2016.

Na Reunião do Conselho de Administração (RCA) de 31 de dezembro de 2015, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares com base no lucro até novembro de 2015, no montante de R\$35.603 (R\$6.849,00 para ações ordinárias e R\$7.533,91 para ações preferenciais em reais por ação), pagos em 14/06/2016.

c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

20. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 29 de abril de 2016, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2016 foi fixado o valor máximo de R\$3.436 (2015 - R\$10). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam na RCI Banque e no Banco Santander.

b) Benefícios de Curto Prazo

	<u>01/01 a 31/12/2016</u>	<u>01/01 a 31/12/2015</u>
Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva		
Remuneração Fixa	945	-
Outras	975	-
Total	1.920	-

Adicionalmente, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$510 no exercício.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Companhia, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Companhia;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture, cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Disponibilidades	23.610	6.175	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	23.610	6.175	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	17.011	163.184	10.959	13.244
RCI CFI ⁽²⁾	-	163.184	-	13.244
Banco Santander ⁽³⁾	17.011	-	10.959	-
Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria	365.767	-	47.023	-
FIDC Venda de Veículos ⁽⁹⁾	241.277	-	31.971	-
FIDC RCI Brasil I ⁽⁹⁾	74.715	-	9.529	-
FIDC RN Brasil ⁽⁹⁾	49.775	-	5.523	-
Operações de Crédito	859.313	-	86.685	-
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	4.357	-	40.748	-
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. ⁽⁴⁾	643	-	7.183	-
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	4.089	-	38.754	-
FIDC RCI Brasil I ⁽⁹⁾	505.008	-	-	-
FIDC RN Brasil ⁽⁹⁾	345.216	-	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas ⁽⁶⁾	43.318	9.720	342.029	52.432
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	35.095	8.347	267.003	41.369
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	8.223	1.373	75.011	11.063
Banco Santander ⁽³⁾	-	-	-	-
FIDC Venda de Veículos ⁽⁹⁾	-	-	15	-
FIDC RCI Brasil I ⁽⁹⁾	-	-	-	-

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Depósitos Interfinanceiros	(589.376)	-	(114.909)	-
Banco Santander ⁽³⁾	(589.376)	-	(114.909)	-
Recursos de Aceites Cambiais	(472.783)	-	(52.470)	-
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(395.488)	-	(49.963)	-
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A. ⁽⁸⁾	(73.606)	-	(2.507)	-
RCI Serviços e Participações Ltda. ⁽⁸⁾	(3.689)	-	(58)	-
Letras Financeiras	(65.723)	-	(25.612)	-
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(65.723)	-	(25.612)	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	(83.154)	(157.848)	-	-
RCI Banque ⁽³⁾	(49.983)	(78.924)	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	(33.171)	(78.924)	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(20.216)	(2.104)	(32.070)	(4.161)
Banco Santander ⁽³⁾	-	-	(9.012)	-
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ^{(1) (5)}	(2.729)	(925)	(21.586)	(3.848)
FIDC RCI Brasil I ⁽⁹⁾	-	-	-	-
Isban Brasil S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(1.450)	-
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(22)	-
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(17.487)	(1.179)	-	(313)
Outras Obrigações - Diversas	(781.374)	-	(520)	-
Isban Brasil S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(500)	-
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(20)	-
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(51)	-	-	-
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(5)	-	-	-
Obrigação por Direitos Creditórios ⁽¹⁰⁾	(781.318)	-	-	-

(1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.

(2) No exercício de 2015, controladora direta da Companhia.

(3) Controladores da Companhia (RCI Banque = 60,11% e Banco Santander = 39,89%).

(4) Coligadas da controladora RCI Banque.

(5) Subsidiária do controlador Banco Santander.

(6) Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.

(7) Controlada - Banco Santander Espanha

(8) Controladas da controladora RCI Banque

(9) Fundos de Investimento dos quais o Banco RCI possui 100% das cotas subordinadas

(10) Cessão de crédito para FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil.

21. Rendas de Tarifas Bancárias

Representadas, substancialmente, por tarifas de cadastro em operações de crédito no valor de R\$57.126 no exercício (2015 - R\$6.490).

22. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Serviços do Sistema Financeiro	20.776	1.240
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	41.673	8.670
Propaganda e Publicidade	16.760	-
Convênio Operacional Aymoré Financiamentos (Nota 20.d)	21.586	3.847
Serviços de Processamento de Dados	7.130	-
Transportes e Viagens	3.516	-
Outras	8.087	411
Total	119.528	14.168

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

23. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Reversão de Provisões Operacionais - Outras ⁽¹⁾	1.166	29.295
Atualização de Depósitos Judiciais	14.610	7.001
Atualização de Impostos a Compensar	4.935	3.764
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	3.309	4.622
Recuperação de Encargos e Despesas ⁽²⁾	21.716	6.256
Reversão PIS/Cofins - MTM Derivativos	4.747	-
Outras	2.593	8
Total	53.076	50.946

(1) No exercício de 2015, refere-se basicamente reversão de provisão PIS/Cofins (Nota 18.d).

(2) Trata-se basicamente de recuperações de encargos relacionados a carteira de crédito.

24. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	34.048	24.172
Descontos Concedidos	-	3.043
Provisões Operacionais		
Fiscais	14.900	5.355
Cíveis (Nota 18.c)	6.726	1.651
Trabalhista (Nota 18.c)	3.888	-
Gastos com Contratos em Atraso	13.448	3.968
Outras	6.806	1.973
Total	79.816	40.162

25. Resultado não Operacional

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Resultado na Alienação de Imobilizado de Arrendamento	29.950	43.568
Ganhos/Perdas de Capital	(281)	127
Total	29.669	43.695

26. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	82.452	162.880
Participações no Lucro	(1.084)	-
Juros sobre o Capital Próprio	(97.828)	-
Resultado antes dos Impostos	(16.460)	162.880
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20% (2015 - 25% e 15%), Respectivamente ⁽¹⁾	7.407	(73.296)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	5.626	2.880
CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízos Fiscais ⁽¹⁾	-	8.335
Demais Ajustes	(15.178)	24
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.145)	(62.057)

(1) Majoração Provisória da alíquota da CSLL, a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018

27. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, o Banco RCI Brasil aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Dominique Edmond Pierre Signora

Conselheiros Efetivos

Angel Santodomingo Martell
Andre de Carvalho Novaes
Géraud Henri Louis Lecerf
Marcus Alexandre Flores Manduca (*)
Patrick Jean Michel Claude

Suplente do Presidente do Conselho

Alain Gérard Ballu

Conselheiros Suplentes

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli
Conrado Engel
Frederic Schneider
Nilton Sergio Silveira Carvalho
Thomas Gregor Ilg (*)

(*) Posse pendente de homologação do Bacen.

DIRETORIA

Diretor Presidente

Géraud Henri Louis Lecerf

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Diretor de Risco

Diogo Novo Cesarino (*)

Diretor Geral

Frederic Schneider (*)

Diretor Administrativo Financeiro

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

(*) Posse pendente de homologação do Bacen.

Contador

Luiz Falvella - CRC 1SP142881/O-2

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco RCI Brasil S.A.
Curitiba - PR

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco RCI Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para Opinião com ressalva” abaixo, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco RCI Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião com ressalva

O Banco registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência e insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 4.h.4. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado líquido e do patrimônio líquido, correspondentes ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche

Contador CRC 1SP245785/O-2